

Seade e Dieese contestam estudo da FGV

São Paulo - Os técnicos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) discordaram ontem, em entrevista coletiva, do resultado de estudo divulgado ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) indicando que os aumentos do salário mínimo acima da inflação não reduzem a pobreza e a desigualdade social.

“É mentira afirmar que a elevação do mínimo não afeta em nada a pobreza”, afirmou o gerente de Análise da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) pela Fundação Seade, Alexandre Loloian. “Na média do total de salários pagos no País, certamente o reajuste do mínimo não terá nenhum impacto, mas se tomarmos como base quem recebe até dois mínimos, a maioria absoluta da baixa renda brasileira, a política de aumento real do mínimo tem efeitos imensos.” O especialista da Fundação Seade se amparou em dados da própria PED, divulgada ontem, para comprovar sua análise.

Em junho, o valor máximo do rendimento dos 10% mais pobres da Grande São Paulo aumentou 1%, equivalendo a R\$ 250. A PED indica que, em relação a junho do ano passado, o reajuste é da ordem de 22%. “Isso é uma sinalização muito forte do tipo de resultado que a política de elevação do salário mínimo pode provocar”, argumentou.

O estudo da FGV indicou que a renda de trabalho apropriada pelos 50% mais pobres subiu de 10,1% em março de 2002 para 11,62% em julho de 2004 e chegou a 12,20% em julho de 2006. A maior redução da desigualdade ocorreu, segundo a FGV, em 2004, exatamente no ano em que o salário mínimo não recebeu aumento real.

Loloian contestou o método usado pela FGV, ao alegar que o estudo deveria considerar apenas os 10% mais pobres, que são mais dependentes da política do salário mínimo. Além disso, ressaltou que o estudo da FGV vale-se de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e que considera que o trabalho responde por 36% a 37% da renda dos brasileiros. Outras formas de rendimento são as receitas com juros de aplicações, aluguéis, lucros com empresas e vendas de bens, entre outros itens.

“Por isso, os efeitos dessa política não são uniformes, já que a renda proveniente do trabalho tem maior incidência nos estratos inferiores da sociedade”, alegou, para acrescentar que o resultado também é sentido de forma diferente entre as regiões do País. “O impacto em Recife ou Salvador, mais dependentes do mínimo, é muito maior do que em São Paulo, onde a maioria dos trabalhadores recebe mais do que um mínimo.”

/td>